

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 21 de março de 1960 os sulafricanos protestaram contra a lei do passe, que obrigava os negros a portar cartões de identificação para circularem em seu próprio país. No Bairro Shaperville, enfrentaram o exército, que atirou contra a população desarmada, provocando um massacre com 69 mortos.

Em 1976 a ONU condenou o regime racista da África do Sul e instituiu o dia 21 de março como o Dia Internacional pela Eliminação da Discriminação Racial.

Esse é o breve histórico da origem dessa data, que permanece como referência de luta porque, infelizmente, ainda está longe o dia em que o racismo deixará de fazer vítimas.

Muitos passos foram dados, mas muitos ainda estão por vir. Três séculos de escravidão deixaram marcas tão profundas que até hoje a discriminação persiste e se expressa no genocídio da juventude negra ou na morte de mulheres negras, que são as que mais sofrem e morrem com a violência doméstica.

*“Violência e racismo são duas variáveis que, quando combinadas, oferecem um ambiente explosivo para os segmentos mais vulneráveis”,* afirma a Prof. Rosane Borges, da Universidade de São Paulo — USP.

O enfrentamento da discriminação racial nunca esteve tão presente. Podemos dizer que momentos de crise agravam e dão visibilidade ao racismo. A diferença é que, agora, o silêncio não é mais resposta.

Sr. Presidente, não posso deixar de lembrar que em 2015 o Brasil assistiu à Marcha das Mulheres Negras contra o Racismo e a Violência e pelo Bem Viver, que reuniu mais de 20 mil mulheres na Esplanada dos Ministérios. Marchamos naquele dia 18 de novembro para dizer não à discriminação e à xenofobia, e sim a um país inclusivo, antirracista e antissexista.

Sr. Presidente, uma democracia que não tolera a diversidade não é democracia, é fascismo! Por isso precisamos somar forças.

Não ao racismo!

Não ao golpismo!